XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
18 a 20 de setembro de 2019 – Curitiba/PR

Produção Legislativa sobre Turismo no Brasil: uma análise das capitais

Bruno Martins Augusto Gomes[1]
Jaqueline Alves Ferreira[2]
Carla Holz[3]

Resumo
O estudo das políticas públicas de turismo já conta com uma certa produção nas pesquisas da área, porém as investigações sobre legislação do turismo ainda são escassas. Por isso esse artigo tem como objetivo analisar a produção legislativa relacionada ao turismo das capitais brasileiras publicadas entre 2008 e 2017. Como parte dos procedimentos metodológicos a coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental, levantando 647 leis sobre os temas: agência de turismo, capacitação, promoção do destino, guia de turismo, convênio, plano / política de turismo, fundo de turismo, meios de hospedagem, conselho, informação turística, projeto de turismo, restaurantes, finanças, organização da administração pública do turismo (órgão público e servidores), áreas naturais, transportes, cultura, eventos. A partir de um referencial teórico envolvendo produção legislativa, atuação dos poderes legislativo e executivo e papel do Estado no turismo os dados foram analisados quantitativamente. Foi possível constatar que no período analisado há uma relação entre o aumento da produção legislativa nas capitais e os megaeventos realizados no Brasil. O ano com maior produção foi 2013. Mas é perceptível uma queda após a realização dos mesmos, principalmente a partir de 2016. A região sudeste do país é que mais legislou sobre turismo. A capital com maior produção no período analisado é o Rio de Janeiro, seguida por São Paulo, Brasília e Porto Alegre. Há uma tendência à variação proporcional entre as ocupações em turismo das regiões do país e a produção legislativa e os eventos foram um tema central. Esse tema foi seguido por cultura, transportes, áreas naturais e organização da administração pública relacionada ao turismo. Dessa forma, é possível concluir que há sinais de uma institucionalização no setor público de um hábito de reação a respeito das produção legislativa da área. Ou seja, há esforço para produzi-las quando um fato externo acontece, como a prepação para realizar grandes eventos no país. Observa-se ainda que o setor público das capitais tem o hábito de se dedicar a determinados temas, como a ênfase de Recife em relação aos restaurantes, mas deixando outros com menor atenção. Essas observações aliadas às demais relacionadas a cada cidade e região têm como implicação prática não apenas um dignóstico do tema, mas um alerta para o setor público, pois produção legislativa é um indicador que auxilia no entedimento de como o turismo está institucionalizado em suas ações. Como implicação teórica, esse artigo traz direiconamentos iniciais para uma investigação futura sobre o tema relacionando-o a: orientação partidária, interação entre executivo e legislativo, área de formação dos mebros do legislativo, influência dos empresários, oferta de serviços envolvendo plataformas digitais, bem como transferência de políticas públicas das esferas federais e estaduais para os municípios. Assim fica evidente que a produção legislativa do turismo

[1] Doutor em Políticas Públicas. Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Link para currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4598097456621468 Email: gomesbma@ufpr.br
[2] Advogada. Graduanda em Turismo na UFPR. Link para currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0719098741540931 Email: jaque-alvesferreira@hotmail.com
[3] Graduada em Letras e em Turismo. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Turismo da UFPR. Link para currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7692248374878373 E-mail: professoracarlaholz@gmail.com

contribui para a prática da ação pública no turismo, mas também tem opotencial de se cosntituir como uma área de investigação na área.

Palavras-chave: Turismo; Legislação; Municipal; Brasil